



ATEÍSMO, RELIGIOSIDADE E RACIONALIDADE NA PÓS-MODERNIDADE

ATHEISM, RELIGIOSITY AND RATIONALITY IN POST MODERNITY

STIGAR, Robson¹

RESUMO

O presente artigo abordo a questão da Racionalidade e Religiosidade na Pós-Modernidade. Apresentar-se-á um itinerário Religioso e Racionalista, que objetiva analisar suas relações na modernidade. Abordaremos as influências do Iluminismo e naturalismo frente ao espírito científico e religioso moderno, passaremos pelo conceito de ateísmo que emergiu na modernidade, analisaremos o deísmo iluminista diante da religião revelada, bem como a relação entre o ateísmo metodológico e o ateísmo agnóstico e seu diálogo com a sociedade, além das suas características principais frente ao processo de formação cultural e social promovidas por essas correntes filosóficas-teológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Religiosidade, Racionalidade, Modernidade.

ABSTRACT

This article addresses the issue of Rationality and Religiosity in Modernity. A Religious and Rationalist itinerary will be presented, which aims to analyze their relationships in modernity. We will discuss the influences of the Enlightenment and naturalism against the modern scientific and religious spirit, we will go through the concept of atheism that emerged in modernity, we will analyze the Enlightenment deism in the face of revealed religion, as well as the relationship between methodological atheism and agnostic atheism and its dialogue with society, in addition to its main characteristics facing the process of cultural and social formation promoted by these philosophical-theological currents.

KEY WORDS: Religiosity. Rationality. Modernity.

¹ Doutor em Ciências da Religião; Professor da Faculdade Herrero e Mosteiro Trapista - robsonstigar@hotmail.com. CVLattes: <http://lattes.cnpq.br/4543373733309169>.



Introdução

O início do século XXI apresenta uma explosão de novas formas de religiosidade que enfatizam a questão do transcendente e renegam as esferas institucionalizadas, ou seja, vivemos um processo de declínio institucional, denominado de secularização da religião e a ascensão da religiosidade laica. Há uma perda da importância da instituição religiosa em prol de outras que oferecem semelhante satisfação das necessidades, mesmo que numa lógica distinta.

Em paralelo a esta situação, as sociedades modernas se caracterizam, dentre outros elementos, por um crescente individualismo. As pessoas já não se sentem presas às culturas e tradições religiosas, entendem que a opção religiosa também é objeto de livre escolha e que a fé pode ser customizada, forjada segundo os interesses de cada um. Os valores tradicionais, que se pretendiam ser como universais, perderam força e legitimidade e foram, por sua vez, substituídos. (BAUMAN, 2011, p. 14-16).

Temos, então, uma nova concepção de religiosidade, que não é mais como a antiga: trata-se de uma religiosidade descentralizada, descompromissada com a instituição religiosa e que forja dogmatismos que são customizados de acordo com seus interesses. A questão da secularização e da religiosidade laica, principalmente, após o fim da II Guerra

Mundial, tem se ampliado de forma considerável no pensamento ocidental. Este pode ser relacionado com diversas esferas da sociedade: jurídica, política, social, científica, filosófica, artística, econômica, moral e religiosa. Desta forma, podemos afirmar que a crescente laicização das instituições públicas tem ligação direta com as novas formas individualizadas e plurais das religiosidades.

A religiosidade contemporânea, também denominada de laica e/ou ateuista, compõe-se de diversas maneiras de vivenciar a espiritualidade, tendo como experiência partilhada a ausência de crenças na figura de deuses e em elementos associados ao pensamento mágico, além de princípios como a valorização da racionalidade, da autonomia e do bem-estar. Desta forma, é preciso laicizar as pessoas e as estruturas estabelecidas na sociedade civil para usufruir dessa liberdade religiosa.

As Luzes e a Religiosidade

O Aufklärung, conhecido como Iluminismo, mas também chamado de Esclarecimento, Iluminação, Ilustração, por outros, caracterizou-se por uma brusca mudança das ideias, que defendia o domínio da razão sobre a visão teocêntrica que dominava a Europa desde a Idade Média. Os pensadores defendiam estes ideais e acreditavam que o pensamento racional



deveria ser levado adiante substituindo as crenças religiosas e o misticismo, que, segundo eles, bloqueavam a evolução do homem. O ser humano deveria ser desta forma o centro e passar a buscar respostas para as questões que, até então, eram justificadas somente pela fé.

O termo Luzes explica-se por que os filósofos da época acreditavam estar iluminando as mentes das pessoas. É, de certo modo, um pensamento herdeiro da tradição do Renascimento e do Humanismo, por defender a valorização do Homem e da Razão. Contrapunham-se à fé cega. Para os iluministas, sua tarefa era a de criar um alicerce para a moral, a ética e a religião, que estivesse em sintonia com a razão imutável do homem. Procurava se estender a razão como crítica e guia a todos os campos da experiência humana. O Iluminismo foi mais intenso na França, onde influenciou a Revolução Francesa através de seu lema: Liberdade, igualdade e fraternidade.

O que denominamos por Luzes deve ser compreendido como o conjunto de ideias partilhadas pelos defensores do progresso e da civilização, incluindo a certeza de que o mundo natural era dotado de leis racionais e inteligíveis, passíveis se serem apreendidas pelo conhecimento humano. Assim a doutrina iluminista possuía três pilares comuns à maioria de seus pensadores, são eles: a fé na razão; a permanência da

natureza humana ao longo do tempo; a capacidade racional do homem de realizar na história as metas universais do inexorável progresso.

O Iluminismo surgiu em meio a vários acontecimentos políticos e culturais, tais como: a Renascença, que lutara contra tudo o que, de algum modo, pudesse opor-se à autonomia do homem, princípios de autoridades, princípio filosófico-científico e que se dedicara ao estudo da natureza; e a Reforma, que estendera ao campo religioso a luta contra o princípio de autoridade.

O Iluminismo não é somente uso crítico da razão; é também o compromisso de utilizar a razão e os resultados que ela pode obter nos vários campos de pesquisa para melhorar a vida individual e social do homem. Para os filósofos iluministas, o ser humano era naturalmente bom, porém, era corrompido pela sociedade com o passar do tempo. Eles acreditavam que se todos fizessem parte de uma sociedade justa, com direitos iguais a todos, a felicidade comum seria alcançada. Por esta razão, eles eram contra as imposições de caráter religioso, as práticas mercantilistas, o absolutismo do rei e os privilégios dados a nobreza e ao clero.

Segundo o princípio da filosofia Iluminista, cada pessoa deveria pensar por si própria, e não se deixar levar por outras ideologias ou movimentos religiosos que, apesar de não concordarem, eram forçadas a



seguir. Pregavam e buscavam uma sociedade “livre”, com a possibilidade de transição de classes e mais oportunidades iguais efetivamente para todos. Os iluministas dão mais valor às ciências modernas do que à tradição filosófica. Não lhes interessa mais apenas a dedução, mas, principalmente, a observação e a experiência, o que teria levado a uma revisão na teoria do conhecimento, com os interesses se deslocando dos princípios em direção ao particular e aos fenômenos, o que já vinha se desenhando no século passado.

Para Kant, o Iluminismo é a saída dos homens do estado de minoridade. Esses pensadores iluministas criticavam a superstição, o fanatismo e a intolerância religiosa, pois acreditavam que esses eram os principais obstáculos à construção de um mundo melhor e mais racional. Segundo os iluministas, cada pessoa deveria pensar por si própria, e não se deixar levar por outras ideologias impostas, que eram forçadas a seguir. Pregavam uma sociedade “livre”, com possibilidades de transição de classes e mais oportunidades iguais para todos.

Segundo Zilles (1991), a religião realiza-se na existência humana, verificando-se nela tanto o apelo de Deus quanto a resposta do homem. Tudo isso, dentro de uma atitude relacional e com a presença do Iluminismo, temos o surgimento de três atitudes unilaterais a respeito do fenômeno

religioso: negação total da religião; aceitação total da religião; descrição empírica e análise das diferentes concepções e instituições religiosas.

Karl Marx, por sua vez, negara a religião como ideologia, como instituição social e política reacionária que obstaculiza o progresso da humanidade. Afirmara que a religião impede a libertação total do homem. Marx acreditava que, transformando a filosofia hegeliana da história e o materialismo através de sua análise da consciência de classe de proletariado, podia constatar tendências para transformações revolucionárias, fazendo com que o proletariado seja o sujeito da história (ZILLES, 1991, p. 16).

Como se vê, o movimento iluminista teve grandes significações para a filosofia e a religião. É a partir dele que se têm outros surgimentos de atitudes acerca do fenômeno religioso, dentre eles o deísmo e o agnosticismo. Era o marco de uma grande revolução intelectual. Uma nova forma de pensar, com base no conhecimento dedutivo que deveria iluminar as ações humanas e substituir as explicações religiosas do mundo. O futuro seria a liberdade e da perfectibilidade humana, plenamente conquistadas através do movimento histórico de sua razão em busca do autoconhecimento.



Os Deístas Iluministas *versus* a Religião Revelada

O século XVIII, as doutrinas deístas foram propagadas por homens como Voltaire, Diderot e Rousseau, na França; Alexander Pope, Lord Bolingbroke e Lord Shaftesbury, na Inglaterra; e Thomas Paine, Benjamin Franklin e Thomas Jefferson, na América. Não satisfeitos em condenar os elementos irracionais da religião, os deístas chegaram à denúncia de qualquer forma de fé organizada. O cristianismo não foi mais poupado que as outras religiões. As religiões instituídas eram estigmatizadas como instrumentos de exploração, que velhacos espertos tinham inventado para possibilitar-lhes a manipulação das massas ignorantes.

O Deísmo é a doutrina fundada na religião natural ou racional, não fundada na revelação histórica, mas na manifestação natural da divindade à razão do homem. Admite a existência de Deus, não enquanto conhecido por uma revelação ou por qualquer dogma, mas na medida em que constitui um ser supremo com atributos totalmente indeterminados, ou seja, questionam a ideia de revelação divina. Para outros, é uma corrente filosófica naturalista que admite a existência de um Deus, através da razão e do livre pensamento, mas sem a relacionar com qualquer dogma ou religião revelada. O termo foi criado no século XVI pelos socinianos (ABBAGNANO, 1998, p.

238).

O Deísmo (lat. deus, deus) é etimologicamente um cognato de Teísmo (gr. theos, deus), sendo que as duas palavras denotam a crença na existência de um deus ou deuses, sendo a antítese do Ateísmo. O deísmo considera a razão como uma via capaz de nos assegurar da existência de Deus, desconsiderando, para tal fim, a prática de alguma religião denominacional. Os deístas possuem uma cosmovisão onde Deus fez o mundo, mas que não interfere e interage na criação. A crença deísta é que não existem milagres e interferência de Deus na criação. No Deísmo, Deus criou todas as coisas, mas as deixou para que mediante as imutáveis leis da natureza sigam seu curso. O Deísmo possibilitou reflexão no aspecto da tolerância religiosa, o que possibilita um diálogo interreligioso respeitoso.

O deísmo, geralmente considerado uma influente escola de pensamento, declinou em cerca de 1800. O termo “deísta” tornou-se raramente utilizado, mas as crenças deístas, suas ideias e influências, não. Elas podem ser vistas no século XIX, na teologia liberal britânica e na ascensão do Unitarianismo, que adotou muitas das suas crenças e ideias. Kant apresenta o deísmo como algo que caracteriza a posição de quem só admite um conhecimento do Ser originário por via da razão pura, mediante conceitos meramente transcendentais (teologia transcendental).



Ateísmo *versus* Religiosidade

A discussão sobre ateísmo é tão antiga quanto a discussão sobre religião. A história do ateísmo é muito mais uma história de comportamento, que vai além meramente das ideias, evidenciando, assim, a contribuição do ateísmo enquanto atitude positiva, numa descrença ativa, e não apenas sendo visto enquanto atitude de negatividade e negação. Podemos afirmar que existem dois tipos de ateus: os que afirmam que Deus não existe e aqueles que declaram não haver espaço para um ser transcendente nas relações humanas. Assim, não podemos perder de vista, à partida, que o fenômeno do ateísmo é complexo.

O ateísmo impôs-se em força a partir da grande guerra travada no crucial século XIX e primeira metade do século XX pela razão e pela cultura tardomodernas contra a fé religiosa. O termo *atheos*, segundo Bremmer (2010), surge após a morte de Sócrates, significando “sem deuses”. Dowell (1999) define o ateísmo como toda forma de descrença existencial ou intelectual em um deus ou em deuses de caráter pessoal que se ocupam com o destino humano.

A primeira análise do ateísmo que a história da filosofia recorda é a de Platão, no X livro das Leis. Platão considera três formas de Ateísmo: negação da divindade; crenças de que a divindade existe, mas que não cuida das coisas humanas; crenças de

que a divindade pode tornar-se propícia com doações e oferendas. (ABAGNANO, 1998, p.87-89)

O Ateísmo é, de forma geral, a negação da causalidade de Deus. O reconhecimento da existência de Deus pode ser acompanhado pelo ateísmo se não incluir também o reconhecimento da causalidade específica de Deus. O ateu admite que o princípio original da ordem tem alguma analogia remota com a própria razão. Já a reflexão entre ciência e religião é umas das mais antigas da humanidade; a variante é que cada cientista tem uma visão diferente sobre as religiões e a possibilidade da existência de um deus.

O que o ateísmo enfatiza é a substituição da ideia de Deus pela de um dever coletivo sagrado e da emoção da fé religiosa por uma piedade considerada mais natural. Com tudo isto, o ateísmo se aproxima muito de algum tipo de deísmo. Durkheim certamente não hesitaria em observar que, se o ateísmo podia ser pensado como uma prática realizada por uma comunidade, que a entende como um dever sagrado e como uma reação de piedade natural no homem, sociologicamente deve-se falar de uma religião. – Enquanto fé e celebração litúrgica ou social – com as outras formas de religião.

Para os ateus, Deus foi inventado não uma vez, claro, mas muitas vezes, em muitas culturas. As semelhanças da invenção



devem-se às semelhanças da natureza e experiência humanas. Nascimento, sexo, sofrimento e morte são universais. As imagens de Deus e das experiências divinas, bem como a utilidade da invenção, refletem-se na universalidade das experiências partilhadas.

Para Walters (2015), o ateísmo pode ser subdividido em positivo (descrença ativa em deus) e negativo (ausente crença em deus), em que todos os ateus positivos são negativos, mas nem todos os negativos são positivos. Dentro dessa categoria, ainda, subdividem-se em militantes (crença em deus como sendo errônea) e moderados (crença em deus injustificada). Ainda com relação à categorização dos ateus, eles podem ser práticos, em que a descrença que subsidia a sua visão de mundo e vida cotidiana; e filosóficos, em que a descrença é refletida apenas intelectualmente.

O ateísmo no século XX sofre influências da filosofia e ciências naturais, tendo sido marcado, principalmente, pela escola de existencialismo ateu, composta por Jean Paul Sartre, Simone de Beauvoir e Albert Camus. Dentre os principais teóricos que contribuíram para o pensamento ateu nos séculos XIX, XX e XXI, destacam-se Karl Marx, no ateísmo socioeconômico; Ludwig Feuerbach, com seu ateísmo antropológico; Friedrich Nietzsche, Michel Onfray e Comte-Sponville, na filosofia;

Sigmund Freud, Arthur Schopenhauer e Nicolai Hartmann, no ateísmo psicológico; discutindo, em suas teorias, sobre as religiões e a necessidade do ateísmo ou descrença religiosa.

O Ateísmo Metodológico frente a Teologia e Ciência da Religião

Uma característica muito importante das pesquisas científicas, por afetar diretamente o resultado das investigações acadêmicas, é sua atitude frente ao objeto, pois há uma preocupação em não cair em visões parciais. Desta forma, as construções devem se pautar na abordagem ética, ou seja, no crivo analítico a partir das categorias (históricas, sociais, políticas, culturais, psicológicas, comparativas, econômicas) elencadas para a pesquisa.

Em linhas gerais, podemos apresentar o ateísmo metodológico como uma regra epistemológica que prescreve que, não importando a posição filosófica do pesquisador ou cientista, ele não deve apelar para hipóteses que envolvam a ação de Deus ou deuses para explicar fenômenos naturais. Este princípio metodológico é aceito e usado mesmo por cientistas religiosos e acadêmicos que não são ateus filosóficos. É relevante destacar a lição de Peter Berger, que ensinava ser necessário um ateísmo metodológico quando analisava a religião dentro da sociedade.



É um tanto quanto difícil ver onde o ateísmo metodológico e o agnosticismo metodológico foram distintos adequadamente um do outro. Nenhuma das duas posições admite explicações teístas, mágicas ou sobrenaturais para os fenômenos históricos. Nenhuma das duas posições metodológicas pode observar o sobrenatural nos objetos de estudo, nos dados e, portanto, nenhuma das posições faz alegações sugestivas. Eles diferem apenas em julgamentos meta-históricos, que não interfeririam em suas explicações reais, o que seria, em minha teoria, isomórfico, pois ambos empregam apenas esquemas explicativos naturalistas (STERN, 2017, p. 81).

A Ciência da Religião como ciência autônoma tem essa proposta de realizar a análise do fenômeno religioso a partir de um método científico. Para que essa investigação seja considerada epistêmica, ela deve se ater a princípios universais; ser verificável; contingente; e ter como ponto de partida a neutralidade axiológica e o ateísmo metodológico. Destaca-se que os cientistas das religiões não deveriam operar diferentemente dos cientistas de outras disciplinas, não havendo, assim, necessidade de recorrer a abordagens metacientíficas; basta haver neutralidade científica.

O conceito de Ciência da Religião foi apresentado primeiramente pelo filósofo, filólogo e indólogo Friedrich Max Müller

(1823-1900), tido como pai desta disciplina, por ser o fundador desta área acadêmica, considerada como interdisciplinar por envolver outras disciplinas, que serão posteriormente denominadas de subdisciplinas ou subáreas. Muller concebia a Ciência da Religião como disciplina comparativa que busca pelo conhecimento das religiões e, para tal, necessita do ateísmo metodológico, ou seja, de uma posição imparcial. Desta forma, a ciência da religião deve examinar as religiões como construções sociais, desconsiderando as alegações de seus adeptos de que suas crenças são revelações divinas.

Segundo Hock (2010), a Ciência da Religião é a disciplina empírica que investiga sistematicamente a religião em todas as suas manifestações e fenômenos e, para isso, necessita do ateísmo metodológico, ou seja, neutralidade. Um elemento-chave é o compromisso de seus representantes com o ideal da neutralidade frente aos objetos de estudo. Não se questiona a “verdade” ou a “qualidade” de uma religião. Do ponto de vista metodológico, religiões são “sistemas de sentido formalmente idênticos”. É especificamente este princípio meteórico que distingue a Ciência da Religião da Teologia.

O objetivo da Ciência da Religião é fazer um inventário especializado, o mais abrangente possível. Para tal, espera-se do cientista da religião uma suspensão de juízo,



também chamado de “ateísmo metodológico”, que deixe sua crença pessoal entre parênteses. Em outras palavras, espere-se um compromisso ético-científico do pesquisador para com o objeto de forma que a utilização da perspectiva ética e a adoção do agnosticismo metodológico são condições *sine quibus non* para cientistas das religiões realizarem seu trabalho.

Os cientistas da religião possuem certa liberdade acadêmica e científica, “não prestam um serviço institucional, como os teólogos”, “não são comandados por nenhum bispo, nem obrigados a dar satisfação a nenhuma instância superior”. Assim sendo, os cientistas da religião gozam de um arco potencialmente ilimitado na hora de escolher o seu objeto de estudo, à qual se dedicarão infinitamente, só podendo ser constrangidos e limitados apenas pela própria incompetência (GRESCHAT, 2005, p. 56).

O fenômeno religioso transita por todos os campos sociais, aponta e se reflete nas variadas formas do conhecimento humano. Assim, como vimos, o ser humano e o pesquisador terão de buscar junto com a Ciência da Religião auxílio em outras disciplinas, na psicologia, na sociologia, na antropologia, na filosofia, na teologia, dentre outras áreas, para formar-se integralmente, bem como compreender a realidade circundante, que só será possível com

neutralidade científica, que é a proposta do ateísmo metodológico.

Em suma, o campo de conhecimento das Ciências da Religião é interdisciplinar e recebe colaborações teóricas de diversas áreas do conhecimento: História, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Filosofia, Linguística, Teologia, dentre outras áreas, sendo necessário um recorte epistemológico e metodológico em busca de uma hermenêutica sem perder de vista o objetivo principal e o ateísmo metodológico que vai garantir a neutralidade científica.

Segundo Lacoste (2004), teologia é a reflexão ou especulação acerca da Realidade última, que parte dos dados oferecidos por determinada tradição espiritual que pode, ou não, chegar à adoração da Realidade afirmada. Entretanto, Paul Tillich tem a teologia como ciência normativa da religião. Até pouco tempo atrás, ainda na Idade Moderna, a Teologia apresentava-se como a única autoridade frente aos assuntos religiosos. Foi com o Iluminismo que este paradigma começou a ser rompido. Entretanto, até os dias de hoje, as arestas continuam precisando ser aparadas.

Para Moltmann (2005), a teologia possui um só problema: Deus. A Teologia não é nem pretende ser uma ciência objetiva, mas apresenta-se como um saber existencial; a Teologia cristã em especifica é uma



Teologia do Reino de Deus. A teologia, enquanto disciplina, pesquisa, define, averigua e entende todos os fatos hermenêuticos, colocações teológicas, palestras, ensinos e demais considerações em relação à interpretação das Escrituras, seja em que cultura religiosa for. Sua preocupação é garantir interpretações corretas dos escritos sagrados.

A teologia, embora possa questionar um ou mais dados ou a interpretação destes que nos chegam via tradição, não questiona a tradição em si, uma vez que admite como premissa de sua reflexão ser a tradição uma consistente doadora de sentido, isto é, uma fonte com razoáveis chances de ser verdadeira por remontar a um conjunto coerente de testemunhas referenciais, por sua vez conectadas a uma origem ontológica presumida.

Para Greschat (2005), os teólogos investigam a religião à qual pertencem; os cientistas da religião geralmente se ocupam de outra que não a própria. O teólogo tem o objetivo de proteger e enriquecer sua tradição religiosa, ou seja, tem um interesse religioso e não científico propriamente. Segundo este autor, os teólogos estudam uma religião alheia a partir da própria fé, tomando a própria religião como referência. Com seus critérios, avaliarão se os demais sistemas são “mais próximos” ou “mais distantes” de sua própria tradição. Tais procedimentos

impedem um verdadeiro conhecimento da fé alheia. Do teólogo se exige uma suspensão do ateísmo, um “teísmo” metodológico, que deixe sua eventual descrença pessoal entre parênteses e pressuponha a via mística ou a espiritualidade como condutoras de autoconhecimento e de intelecção da raiz ontológica da realidade.

Segundo Ford (2005), a palavra “teologia” comporta muitos significados e aproximações conotativas tais como o “pensamento religioso”, “filosofia religiosa”, bem como vários termos técnicos focados para o ensino e para dimensão deliberativa de determinadas religiões, chegando algumas vezes a assumir o significado de “sabedoria”. Este autor também faz uma indicação em relação ao próprio termo “Teologia”; de acordo com o autor, o nome não é utilizado em todas as tradições religiosas e até é rejeitado por algumas tradições e, por isso, é um termo que deve ser pensando em sua historicidade.

De acordo com Ford (2005), na verdade, a sabedoria (embora em si uma ideia complexa com diferentes significados e termos análogos em diferentes tradições) é talvez o termo mais abrangente e menos controverso para definir a teologia, tendo em vista que “Sabedoria” pode abraçar significados como descrever, compreender, explicar, conhecer e decidir, não só com relação a assuntos, de fato, empíricos, mas



também com relação aos valores, normas, crenças e na formação de vidas, comunidades e instituições.

Considerações Finais

Como vimos, com o Iluminismo e o cientificismo, tentou-se desacreditar a religião. Todavia, não houve êxito neste intento. Pelo contrário, a religião permanece importante, crescente e completamente envolvida na sociedade moderna. Com o nascimento da modernidade, a humanidade entra no cientificismo, no mundo do racionalismo lógico e matemático, econômico e lucrativo. O ser humano rompeu com o misticismo da Idade Média e se emaranhou no mundo da racionalidade, banhada de racionalização e racionalismo, nos conceitos de Edgar Morin, com acertos e desacertos em todas as áreas da ciência e do pensamento (MORIN, 2005, p. 157).

Assim, entendemos que a religião e a religiosidade também fazem parte do rol de disciplinas e de saberes que podem e devem fazer parte deste diálogo que Morin propõe junto a este novo paradigma racional, que visa a refletir o ser humano e o mundo em sua totalidade. Como podemos observar, a complexidade não exclui a religiosidade, pelo contrário, existe um processo de inclusão, devido ao próprio diálogo e respeito que deve existir junto às demais áreas dos saberes.

Constatamos que o pensamento mágico que sustenta a fé nas religiões tradicionais é substituído por uma espiritualidade laica, por um discurso científico e pela lógica racional, mantendo-se, entretanto, estrutura e mecanismos similares de pactuação entre as pessoas. Observamos que retomam os fundamentos do humanismo, associados a isso os princípios da laicidade, tomados de modo a buscar uma eliminação das religiões no sentido que tradicionalmente se conhece.

Observamos que as sociedades atuais terão cada vez mais que dialogar com o pluralismo, e a diversidade, por sua vez, deverá ser cada vez mais reconhecida e valorizada. Uma breve passagem sobre as ideias centrais desenvolvidas por Edgar Morin sobre a ciência, o conhecimento, a humanidade e a razão, em especial sobre suas perspectivas no evoluir do atual século, revelam estreitas ligações com pressupostos oriundos da pós-modernidade.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.
- ALVES, Rubem. **O que é religião?** São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- BOTTON, Alain de. **Religião para ateus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CASSIRER, Ernest. **A filosofia do Iluminismo**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- COMTE-SPONVILLE, André. **O espírito do ateísmo: introdução a uma espiritualidade**



sem Deus. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

EUCKEN, R. **Sentido e o valor da vida**. Rio de Janeiro: Opera Mundo, 1973.

FORD, David F. **Routledge Companion to the Study of Religion**. Oxford: Blackwell, 2005.

GRESCHAT, H. J. **O que é ciência da religião?** São Paulo: Paulinas, 2005.

HOCK, Klaus. **Introdução à Ciência da Religião**. São Paulo: Loyola, 2010.

LACOSTE, J.-Yves. **Dicionário Crítico de Teologia**. São Paulo: Paulinas, 2004.

SMART, Roderick Ninian. **The science of religion and the sociology of knowledge: some methodological questions**. Princeton: Princeton University, 1973.

STARK, Rodney; BAINBRIDGE, Willian Sims. **Uma teoria da religião**. São Paulo: Paulinas, 2008.

USARSK, Frank. **Constituintes da ciência da religião**. São Paulo: Paulinas, 2006.

ZILLES, Urbano. **Filosofia da Religião**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

WALTERS, K. **Ateísmo: um guia para crentes e não crentes**. São Paulo: Paulinas, 2015.